

Nesse sentido, a Constituição Federal não admite que as licitações contenham cláusulas restritivas à participação dos interessados, conforme previsão do art. 37, XXI: "ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Esta disposição é repetida no art. 3º, § 1º, I, da Lei n. 8.663/93: "É vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o objeto do contrato", ressalvadas exceções (§§ 5º a 12 do artigo e art. 3º da Lei n. 8.248/91, que dizem respeito a produtos manufaturados, serviços e informática)".

Conclui-se, portanto, por disposição constitucional e legal, que as únicas exigências que a administração pode fazer aos interessados em licitar são aquelas indispensáveis ao cumprimento do contrato, sob pena de violação do princípio da competitividade.

II C. DA APRESENTAÇÃO DO SISTEMA

O item 9.1.2.3 do Anexo I do Termo de Referência, determina que a apresentação do sistema vencedor da fase de lances, deverá ser realizada em ambiente offline "sem dependência de qualquer conexão com a internet ou outras redes corporativas, uma vez que os recursos exigidos nos sistemas deverão funcionar desta maneira, se limitando apenas a conexões locais do próprio ambiente".

O objeto da licitação trata justamente de um sistema informatizado que irá gerenciar os descontos consignados da folha e a margem consignável dos servidores do Município de Maceió. Para tanto, fará um elo entre a Consignante, as Consignatárias e os Consignantes, respectivamente, Município de Maceió, as Instituições Credenciadas e os servidores da Prefeitura. Em suma, um sistema que irá ser utilizado por diversas pessoas, em ambientes diferentes. Com isso, o sistema deverá ser online, justamente para realizar o gerenciamento simultâneo de tudo. Corroborando o fato do sistema ter que ser online, seguem algumas disposições do próprio Instrumento Convocatório que deixam claro que o sistema é online: